

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

SHIRLEY LEMOS SANTOS

**MEMORIAL ACADÊMICO**  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA  
FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA

PATOS DE MINAS

2021

<sup>1</sup>SHIRLEY LEMOS SANTOS

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento dos tópicos seguintes deste trabalho foi realizado em dupla com a graduanda Ester Aparecida Ranuzi e está de acordo com as orientações dadas pela UFU.

**MEMORIAL ACADÊMICO**  
**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA**  
**FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA**

Trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia (MG) como exigência parcial para obtenção do título de licenciado/a em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dra. Geovana Ferreira Melo

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida e estar sempre presente nela. À minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, principalmente a minha filha, Eva, que me enche de amor e me faz ter vontade de ser uma pessoa melhor, e meu marido, Thiago, que não poupa esforços para me ajudar no que for preciso. À minha tutora, Márcia, que me motivou ao longo do curso de Pedagogia a não desistir, acreditando no meu potencial. Aos meus colegas de turma pelo apoio e companheirismo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especial a Deus, a quem eu devo a minha vida, a minha família que sempre me apoiou nos estudos, a orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Geovana Ferreira Melo que teve papel essencial na elaboração deste trabalho, a minha tutora, Márcia e aos meus colegas de turma pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em diversos momentos.

## RESUMO

Este memorial tem como objetivo apresentar as minhas experiências escolares, acadêmicas e profissionais na área da educação refletindo a importância de se compreender a educação em Direitos Humanos, bem como sua legislação. A finalidade é valorizar uma ação docente voltada para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade que sejam capazes de compreender seus direitos e deveres para diminuir injustiças sociais, políticas e econômicas. A relação entre educação e prática social é condição necessária para a vida humana, pois o homem é um ser social. A educação como prática de liberdade proporciona ao sujeito um olhar crítico perante o mundo, no qual ele é capaz de se entender, de entender o outro, de ter consciência da sua história e da história da humanidade, de ser atuante em seu contexto social. O estudo do tema evidencia que o saber docente é essencial para a concretude de uma prática pedagógica que contribua efetivamente para a humanização do ser humano como forma emancipatória do sujeito, tendo como suporte o conhecimento em Direitos Humanos.

Palavras-chave: Memorial; Saber Docente; Direitos Humanos; Emancipação Humana.

## ABSTRACT

This memorial aims to present my school, academic and professional experiences in the field of education, reflecting the importance of understanding human rights education, as well as its legislation. The purpose is to value a teaching action aimed at training conscious and active citizens in society who are able to understand their rights and duties to reduce social, political and economic injustices. The relationship between education and social practice is a necessary condition for human life, as man is a social being. Education as a practice of freedom provides the subject with a critical look at the world, in which he is able to understand himself, to understand the other, to be aware of his history and the history of humanity, to be active in his social context. The study of the theme shows that teaching knowledge is essential for the concreteness of a pedagogical practice that effectively contributes to the humanization of the human being as an emancipatory form of the subject, supported by knowledge in Human Rights.

Keywords: Memorial; Teacher Knowledge; Human rights; Human Emancipation.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. MEMORIAL REFLEXIVO .....	9
2.1 EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	10
2.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL .....	14
2.3 O INTERESSE PELOS DIREITOS HUMANOS NO CURSO DE PEDAGOGIA ..	15
3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – NORMATIVOS LEGAIS .....	17
4. CONCLUSÃO .....	20
5. REFERÊNCIAS .....	22

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por finalidade apresentar um memorial da minha trajetória na educação básica e acadêmica até o presente momento, bem como minha experiência profissional na área da educação para justificar a escolha do tema educação em direitos humanos para uma formação libertadora, a fim de contribuir para uma visão docente pautada na valorização do ser humano que contribua para uma formação de sujeitos autônomos e conscientes do mundo em que vive.

Essa escolha parte da concepção de que compreender os Direitos Humanos faz com que tenhamos um olhar diferente para a sociedade, entendendo que podemos pensar numa educação mais democrática, que privilegie a dignidade do ser humano na sociedade, oportunizando uma educação transformadora para a emancipação do ser humano. De acordo com Benevides (1994, p.225), a educação refere-se a:

[...] a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas.

Ao longo do curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de Uberlândia, pude por meio de várias leituras propostas para o conhecimento da conjectura da história política educacional em nosso país, verificar a importância de se construir estratégias de ensino e aprendizagem pautadas na valorização do ser humano em detrimento de políticas neoliberais que visam a individualidade e o capital. Fazendo uma análise de minha história educacional ficou evidente que se tivesse tido uma formação que considerasse o ser humano em suas potencialidades, mostrando que é possível, enquanto sujeitos, agir ativamente na sociedade e entender seus direitos e deveres, a fim de lutar por mais justiça social, poderia ter tido a oportunidade de fazer outras escolhas acadêmicas, de conhecer mundos diferentes e me sentir confortável em escolher em qual mundo gostaria de viver e também de me sentir confiante em buscar oportunidades mais audaciosas.

O Memorial descritivo nos permite resgatar memórias de forma voluntária, no tempo presente a partir da utilização de experiências passadas e de forma involuntária, com lembranças que surgem independente da própria vontade. “O passado que retorna não passou,



senão não retornaria. O presente vivido o atrai e o traz à tona” (SANTOS. 2017, p.5). Assim, pretendo refletir minha formação educacional, acadêmica e profissional até o presente momento para construir um saber docente que oportunize uma educação baseada na emancipação do sujeito, entendendo o cenário educacional brasileiro como plural diversificado e democrático, tendo como embasamento os Direitos Humanos, a fim de contribuir para termos uma sociedade mais justa de direitos.

Para isso, o trabalho está dividido em tópicos: Experiências na Educação Básica, Trajetória Acadêmica e Profissional e o Interesse pelos Direitos Humanos no curso de Pedagogia. Em seguida, apresento Políticas de Educação em Direitos Humanos – Normativos Legais e faço a conclusão desse trabalho acadêmico que é de caráter obrigatório para a conclusão do Curso de Pedagogia a Distância da FACED/UFU (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia).

## **2. MEMORIAL REFLEXIVO**

É importante compreender que na elaboração do planejamento pedagógico, o professor, mesmo sem intenção, reproduz e desenvolve ações vivenciadas anteriormente, assim de acordo com Freire (1999) é necessário que a formação de professores contemple vivências/lembranças dos professores, nas quais elas precisam ser faladas, escritas, lidas, assumidas, afirmadas, escutadas, para poderem assim ganhar ‘status’ de memória, serem lapidadas. Buscar puxar a afetividade, a emoção, sentimentos que colaborem para a sensibilidade. Nesse sentido, poder se descobrir e descobrir aos outros, não só como sujeito cognitivo, mas também afetivo. As lembranças, quando são compartilhadas, coletivizadas, nos leva a perceber que não temos apenas lembranças, mas somos memória, somos autores de nossa trajetória pedagógica e política. Freire (2009).

## 2.1 EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resgatar a infância é sentir o aroma alegre da descoberta, é reviver a magia de sonhar um mundo cheio de possibilidades tendo como companhia as melhores pessoas que existem no mundo: a família.

Nasci no mês de novembro do ano de 1978 numa cidade bem pequena, no interior de Minas Gerais, chamada Brasilândia, que hoje se chama Brasilândia de Minas. Sou a terceira filha de quatro filhos.

Comecei meus estudos na Escola Estadual José Pacheco Pimenta, aos seis anos de idade, no antigo pré-primário. Nesse período, as crianças começavam seus estudos de forma obrigatória aos 6 anos, diferentemente do atual contexto que com a Promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1998, reconhece o direito à educação de crianças de 0 a 6 anos e conseqüentemente dever do Estado, mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis de idade” (Inciso IV, art. 208). Vale ressaltar que a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, modificou a redação do inciso IV que passou a ser: “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

A escola em que eu estudava nessa época não ficava próximo a minha casa, meu pai pagava um ônibus para eu e meus irmãos irmos para a escola, porém para voltarmos, voltávamos caminhando. Meu pai trabalhava e minha mãe cuidava da casa com a ajuda de uma babá que morava conosco na época. Nesse período, apenas meu irmão mais novo não frequentava a escola, por não ter a idade exigida para ingressá-la. Eu gostava de voltar caminhando para casa, pois a cidade tinha muitas árvores e eu vivia imaginando histórias, achava que estava em meio a uma floresta. Grande parte da cidade não era asfaltada, era muita poeira e muito calor, chegava à minha casa muito cansada, porém eu gostava muito da escola e não me imaginava longe dela. Refletindo esse contexto, é possível perceber o quanto a criança tem o instinto da curiosidade, de ser pesquisadora, de querer desbravar o mundo, então é muito importante que a escola faça um trabalho lúdico com as crianças, uma vez que a imaginação desperta o sentimento de liberdade. Huizinga (2000) entende o lúdico “como

atividade humana, o homem como um ser lúdico, que brinca, joga e interage no mundo, e, portanto, o lúdico é constituinte da cultura e do processo de humanização do homem”.

Eu não gostava da minha professora do pré-primário, pois nesse específico período escolar os alunos sentavam em dupla e eu queria sentar com uma das irmãs gêmeas que tinha na turma, sempre tive admiração por gêmeos, hoje sou até casada com um, porém a professora não permitiu. Em outra ocasião, estava muito apertada para ir ao banheiro e pedi a ela que me deixasse ir, contudo, ela disse que estava próximo ao recreio que eu esperasse, mas não consegui segurar minha vontade e urinei na roupa e todos os meus colegas viram, ela me fez limpar o chão da sala, minhas colegas foram solidárias e me ajudaram. Lembro-me também de uma situação constrangedora, a dela inspecionar os cabelos para ver quem não tinha piolho e estava com a orelha limpa. Ela premiou alguns alunos que julgou estar com os cabelos e orelhas mais limpos e não fui premiada, me senti muito envergonhada. As crianças que não foram premiadas foram tachadas de piolhentas.

No ano seguinte, fui para a primeira série e tudo mudou, minha professora era agradável e sempre nos elogiava, nos tratava com carinho. A sala era enfileirada e muito organizada. Quando chegava à minha casa da escola, queria logo fazer o dever de casa, me esforçava para ter uma letra bonita e colorir bem para agradá-la. Nossa sala de aula tinha o alfabeto com imagens, eu me recordo tão bem de algumas delas, como a do índio, da borboleta. Ela contava histórias e eu as imaginava. Ela me permitia ajudar alguns colegas que tinham dificuldade em escrever o alfabeto. Não me recordo o nome dela, mas ela foi muito importante para que eu gostasse de estudar. No fim desse mesmo ano, meu pai foi convidado a trabalhar numa empresa na cidade de Patos de Minas e tivemos que nos mudar. Eu pedi a minha mãe que comprasse um presente para presentear a minha querida professora, fiz uma carta bem carinhosa para ela, porém para meu pesar não consegui entregá-la e fiquei triste por não conseguir despedir-me dela. Foi muito difícil mudar de lá, pois nossa babá não nos acompanhou e eu nunca mais vi meus colegas de escola, pois não tinha mais vínculo com a cidade. Meus avós maternos moram numa cidade próxima a Brasilândia de Minas, mas nenhum parente morava lá.

Em Patos de Minas, fui estudar na Escola Estadual Monsenhor Fleury. Minha adaptação foi bem rápida, logo fiz novos amigos e adorava minha nova escola. Enfileirados por série, no pátio da escola, no início da aula, em datas específicas, fazíamos uma oração e cantávamos o hino nacional. Não me recordo de termos livro didático, de ter contação de história e nem de pegarmos livros na biblioteca, porém me recordo da diretora que era muito simpática, da merenda que era gostosa e servida na sala de aula. Não me lembro dos nomes

das minhas professoras, mas gostava muito delas. Eu brincava de ser professora em casa, sempre pedia para meu pai me presentear com um quadro e giz, mas ele nunca o fez. Algumas brincadeiras de criança nesse período eram muito comuns, como: queimada, pular corda, pular elástico, jogar licença bete, bambolê, algumas delas fazíamos na escola, porém não me recordo se tinha aula de educação física, como temos hoje nas escolas. Fora do universo escolar, meu pai raramente permitia que eu e meus irmãos brincássemos na rua, mas quando nos deixava, eu brincava das brincadeiras descritas acima com as crianças do bairro. Minha irmã brincava muito comigo de boneca e meus dois irmãos brincavam de carrinho. Ela gostava muito da cantora Madona e do cantor Michael Jackson e eu que imitava tudo que ela fazia, acaba gostando do que ela gostava.

No ensino fundamental – anos finais, tudo mudou, meus pais se separaram, minha qualidade de vida não era mais a mesma, minha irmã começou a trabalhar no período da tarde e minha mãe também, em período integral, não havia mais diálogo em casa. Sendo assim, eu ficava em casa com meus dois irmãos e tinha que cuidar da casa. Estudei na Escola Estadual Marcolino de Barros, do período escolar da antiga 5ª série a 7ª série, eu tive muita dificuldade na antiga quinta série na disciplina de matemática, simplesmente não compreendia a matéria. A separação dos meus pais, aliada a ausência da minha irmã pesou muito no meu rendimento escolar. Dessa época, lembro-me que a professora de Língua Portuguesa nos pedia para ler os livros da série vaga-lume que eu amava, estudávamos muito a gramática, pouca interpretação de texto e redação e as provas eram de memorização. Na antiga 5ª série, a professora de História exigia livro didático, porém a escola não fornecia, assim os pais tinham que comprar. Meu livro era de segunda mão, pois minha mãe não tinha condições de comprar um novo, por ser bem mais caro do que o usado. Isso me deixava chateada, porque cuidava muito bem do meu material escolar e o livro estava muito danificado. Eu fui reprovada nessa série e na 6ª série na disciplina de Matemática, foi muito ruim, fui taxada de “burra” pela família. Nesse período, os professores eram distantes e não havia um vínculo de afeto entre professor e aluno, não existia um projeto de intervenção. A sala era grande e cheia de alunos, em alguns horários a turma se comportava bem, porém em outros tinha muita conversa, mas os alunos não ofendiam nem enfrentavam os professores. Os professores não gritavam e não perdia o controle em sala de aula. Não havia aula de Arte, não costumávamos ter aulas diferenciadas, era só quadro e giz. As únicas aulas, tirando Educação Física, que despertou minha memória, foram três aulas de Português, uma, um professor substituto levou um amigo dele para tocar e cantar a música do Roberto Carlos “Amigo”, outra, à professora de Português me elogiou por ter tirado a maior nota da sala e por último essa mesma

professora pediu para que a turma escrevesse um texto em dupla e eu e minha colega lemos o nosso texto para a sala e todos gostaram. A merenda da escola era ruim, se passássemos mal nos dava chá de boldo para tomar. Em alguns momentos, a professora de Ciências nos levava para o laboratório. A melhor aula era a de Educação Física, eu gostava muito de vôlei, jogava para a escola nas olimpíadas estudantis que acontecia no ginásio do clube Patos Tênis Clube (PTC), para tanto, em alguns dias da semana treinávamos no contra turno na quadra da escola para nos preparar para a competição. Esse evento era muito esperado pelos estudantes de todas as escolas da cidade. A partir da antiga 8ª série, comecei a estudar a noite numa escola chamada Escola Estadual Zama Maciel. Em Patos de Minas era muito comum ter ensino fundamental II e médio noturno para os alunos que tivessem interesse em trabalhar no período da manhã e/ou tarde. Os professores não nos estimulavam a sonhar, a querer seguir a formação acadêmica, era tudo muito mecanizado, não víamos amor por parte dos educadores. A escola se preocupava muito com a aparência dos alunos, se estávamos devidamente uniformizados. Havia uma distinção muito grande nessa escola entre os alunos que estudavam no período da manhã e os alunos que estudavam no período da noite, para os alunos da manhã, exigiam livros que a família tinha que comprar, pois o governo não fornecia; havia projetos de teatro, dança, evento cultural, porém para os alunos do período da noite não, pois supunha-se que quem estudava a noite não tinha tempo, pois teria que se dedicar ao trabalho, assim havia injustiça dentro da própria escola, como numa luta de classes.

No ensino médio, praticamente nenhuma matéria tinha livro didático, copiávamos muito do quadro, não tivemos redação, as aulas de língua portuguesa eram muito a base da gramática e a parte de Literatura era baseada em decorar os personagens dos livros. Eu não tive problemas no ensino médio, namorava um rapaz muito esforçado nos estudos que me influenciou bastante. Nesse período eu tive adoração por livros, descobri que na minha casa tinha verdadeiras obras literárias, meu pai gostava muito de decoração e tínhamos uma estante cheia de bons livros, os quais ele não levou na separação. Fazia muito trabalho escolar na biblioteca da cidade, João XXIII, e tinha o hábito de pegar livros para ler. Minha irmã fazia faculdade de História nessa época e fui muito influenciada por músicas de MPB que a turma da faculdade dela gostava. Um fato marcante para mim no ensino médio foi quando a professora de Inglês me chamou a atenção na sala dizendo que eu conseguiria ser a única aluna dela a tomar bomba, eu gostava muito de Inglês por causa das músicas e dos artistas dos filmes estrangeiros, era apaixonada pelo grupo musical New Kids on The Block, porém a professora não dava aula, ficava sentada o tempo todo, entregava textos e um dicionário e nos pedia que sentássemos em grupo e fizéssemos tradução, eu não entendia nada e fiquei muito

frustrada, porque me esforçava para entender e não conseguia, mas ela me passou, acredito que porque não era permitido reprovar aluno na disciplina de Língua Inglesa naquela época. Havia pouco tempo que Inglês era disciplina obrigatória. Outra professora de Inglês que tive não conseguia dar aula, os alunos conversavam o tempo todo na aula dela, inclusive em dias de prova, confesso que eu tive muito pena dela. Tirando os professores do ensino fundamental – anos iniciais, os outros não gostavam que perguntássemos algo da matéria, alguns falavam até palavras duras, certa vez, um professor falou a um colega de classe que a pergunta dele era idiota e que ele parecia viver na era do Tarzan. Assim, não questionávamos os professores, engolíamos tudo. Não fomos preparados pra prestar provas de vestibular, nunca fizemos um simulado, nunca nos falaram sobre concurso público, não falavam sobre profissões. Eu não conheço nenhum colega de turma da minha geração formado em medicina, engenharia.

Quando terminei o ensino médio, estava decidida a tentar o vestibular de Pedagogia na UNIPAM, a única universidade nesse período na cidade, porém arrumei um serviço no comércio e desisti, pois trabalhava de segunda a sexta-feira em tempo integral e meio período aos sábados. Sempre falava que tentaria o vestibular no ano seguinte e acabei não fazendo.

## **2.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL**

Como a vida dá muitas voltas, eu tive a oportunidade de morar por quase dois anos na Inglaterra, eu estava muito preocupada com minha vida financeira, queria comprar uma casa e trabalhando no comércio achava que não seria possível, então decidi morar fora do país para tentar adiantar minha vida financeira. Vale ressaltar que meu primeiro trabalho foi no caixa de uma loja de eletrodoméstico com grande fluxo de dinheiro, seria impossível me imaginar nesse cargo, quando fui reprovada na escola em Matemática por dois anos quase que consecutivos. Quando retornei ao Brasil, decidi fazer faculdade de Letras, devido ter tido a experiência de falar a língua inglesa e gostar de Literatura. Iniciei meu curso em Brasília, onde minha irmã estava morando. Tive muita dificuldade no curso, estudava muito para acompanhar meus colegas, a minha sorte é que gostava muito de ler e já tinha lido muitos clássicos da literatura brasileira, mas como não tive a experiência de escrever no ensino fundamental e médio, foi muito árduo, embora fosse considerada boa aluna, pois tirava boas notas. No meio do curso, acabei me mudando para a cidade de São Paulo, capital, por causa de um relacionamento amoroso, e lá concluí o curso de Letras. A faculdade que estudava nos

proporcionou um evento cultural, no qual pude pela primeira vez assistir a uma peça de teatro, eu fiquei muito emocionada, foi como alimentar minha alma. Não tentei um emprego como professora, quando terminei a licenciatura, porque fiquei assustada ao fazer o estágio obrigatório numa escola pública da cidade. Fui acompanhar uma turma no estágio e os alunos fizeram bolinhas de papel e jogaram na professora de Inglês, a qual chegou à sala de aula sem falar uma palavra, não cumprimentou os alunos, passou um texto no quadro e ao término da aula, saiu, sem importar com as bolas de papel atiradas nela; a professora de Português dominava a turma, porém insistiu para assinar o meu estágio sem que eu continuasse assistindo suas aulas, foi muito desanimador. Trabalhei na secretaria de um cursinho pré-vestibular direcionado para alunos que almejavam o vestibular da Fundação Getúlio Vargas (FGV), INSPER e ESPM. O público do cursinho era de alunos de classe alta, a maioria deles falava inglês fluente, por terem feito intercâmbio fora do país. Quando decidi voltar a morar em Patos de Minas, quis ter a experiência de dar aula. Minha primeira experiência como docente foi numa escola municipal muito organizada, no cargo de professora substituta de Língua Portuguesa. Tive muita dificuldade, pois não sabia elaborar prova, nunca havia preenchido diário, porém fui recebida pelos alunos com muito carinho, recebia cartas, presentes. No ano seguinte, trabalhei com a disciplina de Língua Inglesa também numa escola do município, foi muito desafiador, mas gostava e me dedicava muito, mas num certo ano não consegui mais pegar aulas pelo município, pois foi ficando muito concorrido. Ao lecionar em escolas do Estado, senti que comecei a adoecer, não me adaptei ao modelo do Estado, tive muitos problemas com alunos indisciplinados, desrespeitosos, comecei a ficar nervosa, a gritar e tratar mal alguns dos meus alunos e até familiares, percebi que tinha que estudar mais para trabalhar com a docência, então resolvi voltar para área administrativa e fazer o curso de Pedagogia a distância da UFU, a qual tenho grande admiração e respeito. Atualmente trabalho na biblioteca do Colégio Tiradentes da Polícia Militar e faço parte do colegiado da escola.

### **2.3 O INTERESSE PELOS DIREITOS HUMANOS NO CURSO DE PEDAGOGIA**

Algumas disciplinas do curso de Pedagogia me fizeram ter interesse pelos Direitos Humanos, pois o nosso panorama é de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, políticas neoliberais, injustiças sociais, escolas públicas sucateadas, violência nas escolas, desvalorização do professor. Assim, acredito que a educação em Direitos Humanos possa contribuir para uma educação que valorize o ser humano e o ajude a lutar por mais justiça social, política e econômica.

O curso de Pedagogia me ajudou a compreender o que é uma escola democrática, o quão valoroso é proporcionar uma educação transformadora, que enxergue o outro em suas potencialidades. Em diversos momentos, percebi que se tivesse tido uma formação diferenciada poderia ter acreditado mais em mim, optado por ter feito outras escolhas, como concurso público, ter valorizado mais a educação como forma emancipatória, lutado pelos meus direitos. Infelizmente, passei por muitas situações constrangedoras, até de assédio e não tive coragem de me posicionar, pois não tinha conhecimento sobre leis, tinha dificuldade de me expressar verbalmente, assim acabava me vendo como inferior e achando que era normal contextos de desrespeito e abuso.

O curso de Letras não me proporcionou a visão que tenho hoje de enxergar que temos na teoria leis de educação que nos falam de objetivos de desenvolvimento humano profundo, valores humanos, cooperação, comunidade, solidariedade, igualdade, liberdade, paz, felicidade etc, porém o que a estrutura básica do sistema promove é justamente os valores opostos, ou seja, a concorrência, o individualismo, a discriminação, o condicionamento, a violência emocional, o materialismo. A realidade é de que, quem não aprende na escola, fracassa. Dessa forma, o sistema educacional é um sistema de exclusão social, de um lado vai selecionar um tipo de pessoas que vão para a universidade para então fazer parte de um grupo de elite que domina as empresas, o sistema de produção, a economia etc. De outro lado, terão pessoas para qual a escola não é adequada e estão destinadas a um tipo de trabalho mais precário. O sistema e o Estado não estão preocupados com isso, pois não se preocupam com o ser humano enquanto pessoa. A minha formação foi pautada nesse sentido, sinto que tenho uma lacuna que precisa ser preenchida.



### **3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – NORMATIVOS LEGAIS**

A Constituição Federal de 1998, art. 5º, diz que todos os seres humanos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Preceito este também vislumbrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), art. 1º, todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (ONU, 1948).

Porém, a violação aos direitos humanos faz parte de uma realidade de vários países do mundo, sobretudo, de forma mais incisiva, nos países mais pobres. A narrativa neoliberal, a qual difunde a ideia do individualismo, incentiva o poder econômico contribuindo assim para uma desigualdade econômica social. Dessa forma, ficam comprometidas as ações de solidariedade e a preocupação da sociedade civil com o “bem estar de todos (as)”.

Nesse sentido, a educação em Direitos Humanos se faz essencial para a construção de uma sociedade que enxerga o outro em seus direitos. No ambiente escolar, numa escola democrática, é essencial à elaboração de “um projeto que exige envolvimento da comunidade escolar, da rede de programação e defesa dos direitos humanos, bem como dos gestores educacionais e sociais” (BRASIL, 2013, p. 12).

A escola democrática em questão difere da simples instrução cívica, que consiste, por exemplo, no ensino da organização do Estado e dos deveres do cidadão, difere também da formação política geral, que visa à facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente. Em decorrência, a EPD nunca se fará por imposição, como uma doutrina oficial, mas pela persuasão, até mesmo porque um dos valores fundamentais da democracia é a liberdade individual, que não pode ser sacrificada em nome de qualquer ideologia, mesmo que esta apareça sob os tons de uma ideologia redentora e nacional (BENEVIDES, 1994). Este exemplo, só vem corroborar com a afirmação de Fernandes e Paludeto (2010, p.233) “a educação voltada aos direitos humanos ainda não faz parte da prática nem do currículo da escola brasileira”.

De acordo com Brasil (2013) a concretização dos direitos humanos não pode ocorrer à margem da integração social, na ausência de uma sociedade que permita aos seus membros desenvolver-se plenamente. O Brasil, por exemplo, é um país com enormes riquezas, tem uma

Constituição (1988) tida como “Constituição Cidadã”, institucionalizou os direitos humanos no país, destacando a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais do Estado Brasileiro, no entanto, ainda não se vê os direitos humanos consolidados plenamente.

As Diretrizes Nacionais tem um papel importante para a EDH, pois os projetos pedagógicos na área podem contribuir para quebrar a rigidez da educação tradicional, levando em conta a essência do ser humano (do discente), as histórias de vida dos participantes, despertando nestes seus direitos.

A EDH visa, portanto, consolidar os direitos sociais, econômicos e culturais, visando reduzir a desigualdade, distribuindo oportunidades de desenvolvimento. Pela educação é possível “a construção da cidadania e a formação de sujeitos de direitos, cientes de seus deveres e consciente de sua responsabilidade na defesa e promoção dos direitos humanos” (BRASIL, 2013, p.26). Desta forma, promover no campo educacional ações pedagógicas que possam fomentar compreensão e promoção dos direitos humanos torna-se de grande importância não só para a formação cidadã, mas também, para o fortalecimento de uma educação que promove direitos humanos, visto que, como destacado ainda não ocorre plenamente no país.

Diante desta realidade é possível afirmar que:

[...] a base de uma prática pedagógica reflexiva é a pedagogia crítica que em articulação com uma pedagogia em direitos humanos contribui para um processo contínuo de EDH. O foco dessa articulação é a análise das estruturas de poder no interior da escola e da sociedade (TAVARES, 2020, p.50).

Na prática pedagógica, portanto, se faz necessária uma articulação com os direitos humanos, não só pelo fato de construir uma pedagogia com base na EDH, mas também, de articular um aprendizado que possa facilitar o envolvimento dos alunos na sua vida social e política, sempre articulando desde criança aprendizados que lhes serão úteis para a sua formação cidadã.

Nesta construção, é importante destacar que a escola cidadã deve apresentar à sociedade projetos de transformação do aluno, priorizando a dignidade humana, preparando indivíduos para que possam participar da formação da sociedade mais democrática e mais justa. A EDH concebe uma formação de pessoas em direitos humanos como um processo de empoderamento - sendo este um processo de conscientização do sujeito em que ele consiga se perceber capaz de construir suas próprias opiniões e decisões a fim de transformar suas

relações no meio social, político e cultural, contribuindo para uma sociedade mais igualitária - que pode ser concretizado por meio de ações preventivas de violações dos direitos humanos em diferentes espaços. Neste aspecto, a educação revela como um elemento essencial à formação do cidadão enquanto sujeito de direitos, consolidando seu sentido pleno ao afirmar a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2013).

Questões como: Como ensinar? Como despertar os alunos para a importância de terem direitos e buscá-los? Ou mesmo, da importância da formação cidadã para a sua vida em sociedade? Os conteúdos em Direitos Humanos revelam o verdadeiro valor do trabalho do professor, que está em entender que o ambiente escolar pode propiciar tanto conhecimentos teóricos, como conhecimentos de vida, sendo subsídio para o crescimento de uma sociedade mais igualitária. Pois, segundo Cury (2012, p. 135) “a importância da educação como mediadora da transmissão de conhecimentos e de valores é assim reconhecida por envolver todas as dimensões do ser humano.”

Como bem destacado por Campos, Silva e Freitas (2019, p. 5):

[...] os fundamentos dos direitos humanos legitimam a essência dos direitos que são conferidos aos seres humanos e que precisam ser garantidos, respeitados e efetivados na prática, no cotidiano das pessoas. Seu aspecto histórico dá a dimensão de sua importância, uma vez que evoluem com o passar do tempo e acompanham a dinâmica da evolução do homem e da sociedade.

Desta forma, desenvolver um trabalho em EDH é essencial para concretização dos direitos, pois é por ela que podemos proporcionar aos nossos alunos as vivências formativas que lhes possibilitem o desenvolvimento humano, de modo que eles possam ser melhores, que possam crescer e se tornarem mais capazes, efetivando seu processo evolutivo de forma a entenderem a importância de, na prática, lutar pelo que acreditam. Neste sentido, pode-se compreendê-la como “um projeto que exige envolvimento da comunidade escolar, da rede de programação e defesa dos direitos humanos, bem com dos gestores educacionais e sociais” (BRASIL, 2013, p. 12).

#### 4. CONCLUSÃO

A prática educativa em Direitos Humanos tem especificidade, a qual exige determinados saberes. Assim, faz-se necessário ir ao encontro desses saberes e tentar articular os saberes de cunho teórico aos saberes relacionados à experiência a fim de delinear um saber docente em Direitos Humanos.

Os saberes provenientes da formação profissional são importantes para a construção do saber docente em Direitos Humanos. Os espaços para aquisição desses saberes são as Universidades, cursos e oficinas promovidas por ONGs ou outras instituições.

Dessa forma, a Universidade deve criar espaços para que ocorra uma formação que alcance os Direitos Humanos, assim como em Magendzo et al (1994), sugerem a criação de disciplinas, seminários, oficinas, cursos e outras abrangências acadêmicas que guiem à realização de projetos sociais e comunitários para que se consiga vivenciar na realidade os Direitos Humanos.

O docente precisa ter uma postura crítica e transformadora na educação em Direitos Humanos, posto que ela é assumidamente uma perspectiva política que não admite condutas atribuídas a indiferença, discriminação e apatia frente às violações diárias dos direitos dos cidadãos e que se apoia na luta por melhores condições de vida e de trabalho para todos (as).

A educação em Direitos Humanos ao assumir uma posição política, assume também que a escola e o currículo não são neutros que ela tem intencionalidades, as quais buscam formar cidadãos críticos, conscientes, transformadores, criadores de cultura, capazes de se envolverem em lutas para superar as injustiças sociais, políticas e econômicas.

Dessa forma, é necessário que o educador assuma uma postura política para promover mudanças sociais, incorporando ações no processo de ensino e aprendizagem que conduzam mudanças de atitudes. Para tanto, a formação do professor crítico deve ser embasada, de acordo com Besalu (1994), na “aquisição de uma bagagem cultural de clara orientação política, que lhe permitirá uma análise crítica do contexto e do mundo”.

Os conflitos presentes na sociedade fazem parte da educação em Direitos Humanos, uma vez que é permeado pelo cotidiano. Assim, é pressuposto dela, uma pedagogia do conflito, na qual o educador, dentre tantas práticas, assume também a do papel de mediador, o qual incorpora uma postura de neutralidade ativa, isto é, reconhece sua posição como ator

envolvido no processo, porém não argumenta a partir de seu próprio ponto de vista, busca dirigir o conflito de forma democrática.

Pode-se concluir que o saber em Direitos Humanos é regado, em grande parte, pela dimensão da experiência. É um saber vinculado ao cotidiano, cheio de subjetividade, apontado pelo contexto cultural e social. Assim, é essencial que o docente vivencie o que se propõe para ter uma coerência entre teoria e prática. Ter uma postura atenta às suas próprias atitudes e pensamentos, entendendo que nunca está pronto.

A palavra construção é muito utilizada no universo da temática em Direitos Humanos, uma vez que nada em Direitos Humanos possa ser entendido como estático. O ensino, por exemplo, não se dá por meio de textos cristalizados, declarações e códigos, pois a sociedade é pautada por constantes e permanentes “intersubjetividades e conflitos sociais”. Dessa forma, a temática dos Direitos Humanos vai remeter sempre a um processo de construção. Um percurso que se constrói por meio da resolução política dos professores, a qual se espera um comprometimento na educação em Direitos Humanos, que com responsabilidade e determinação elaborem os saberes próprios de sua atuação docente, abrangendo tanto o seu lado profissional, quanto o seu lado de ser humano.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M.; SOARES, K. C. D. **Pedagogo escolar:** as funções supervisora e orientadora. Curitiba: Ibplex, 2010.

ARAÚJO, M. B. **Ensaio sobre a aula:** narrativas e reflexões da docência. Curitiba: Ibplex, 2010.

CAMPOS, A. F.; SILVA, J. M.; FREITAS, K. S. Educação e direitos humanos: caminhos entrelaçados. **Anais...** 22ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC, Universidade Católica do Salvador, 2019.

CAMPOS, T. B.; SILVA, F. D. A.; CICILLINI, G. A. Os sentidos dos silêncios na educação: representações sociais e professores formadores da Universidade Federal de Uberlândia. **Educação Temática Digital – ETD**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 442-462, maio./ Ago., 2015.

CHALITA, G. **Educação**: a solução está no afeto. 5. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.

COUTO, A. C. R. **Ensino fundamental**: caminhos para uma formação integral. Curitiba: Ibpx, 2010.

CRUZ, Lindomar da; SAMPAIO, Nathaly Christiane. Educação em direitos humanos: uma experiência de formação docente no PIBID. **Anais...** IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE; VI Seminário Internacional sobre Profissionalização docente – SIPDO/ CÁTEDRA UNESCO, Congresso nacional de Educação – EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 27 de julho de 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25348\\_13505.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25348_13505.pdf). Acesso em: 2 jun. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Fundamentos de uma educação para os direitos humanos. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 21, n.41, jul./dez., 2012, p. 131-143.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEDROSO, L. M.; COMIS, M. A. C.; THOMAZ, R. S. A relação entre os homens e as drogas – uma história de proibicionismo e redução de danos. In: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2015**: relatório da Rede Social. São Paulo: Outras Expressões, 2015. P. 169-178.

**Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TAVARES, C. A prática pedagógica em direitos humanos na educação básica. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 8, n. 2, p. 46-62, ago. 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educar para a democracia. In: \_\_\_\_\_. Os direitos humanos como valor universal. **Lua Nova** [online], n. 34, p.223-235, 1994. Disponível em:

---

[https://drive.google.com/file/d/10255ybIsileXL3WjVjGWVeBB\\_PZzEsIt/view](https://drive.google.com/file/d/10255ybIsileXL3WjVjGWVeBB_PZzEsIt/view). Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 set. 2021.

MORGADO, Patrícia Paula Lima. **Práticas Pedagógicas e Saberes Docentes na Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/7\\_praticas\\_pedagogicas\\_e\\_saberes\\_docentes\\_na\\_educacao\\_em\\_direitos\\_humanos.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/7_praticas_pedagogicas_e_saberes_docentes_na_educacao_em_direitos_humanos.pdf)

FRANÇA, Robson Luiz de. **Princípios e organização do trabalho do pedagogo I – POTP I**. Uberlândia: UFU, CEaD, 2018.

SILVA, Fernanda Duarte Araújo; RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **Expressão Lúdica**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia- MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2020. 51 p.

Documentário “A Educação Proibida”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMZrM3Y9ZOE&feature=youtu.be>